

Parte I (2 x 6 valores)

Responda a 2 (duas) das questões seguintes

- 1) A segunda revisão constitucional (1989) foi a que teve maior impacto na Constituição económica portuguesa. Concorda com a afirmação? Justifique a sua resposta.
- 2) Em que consistem as *falhas de mercado* e qual a sua relevância para a atual configuração da intervenção do Estado na atividade económica?
- 3) Tendo presente a noção de **golden shares**, explique em que consistem e em que circunstâncias podem as mesmas colidir com as regras sobre liberdades de circulação que resultam do TFUE.
- 4) Interprete o teor do artigo 345.º do TFUE (cujo teor se transcreve infra), referindo as suas implicações no que respeita aos limites e possibilidades de os Estados-membros intervirem na economia.

Artigo 345.º

Os Tratados em nada prejudicam o regime da propriedade nos Estados-Membros.

Parte II (8 valores)

Mediante contratos de concessão celebrados durante o ano de **2013**, na sequência de um concurso publicado em **2011**, várias sociedades foram encarregadas da gestão de jogos de fortuna e azar através de máquinas de jogos a dinheiro em Itália. Este concurso público fixava as modalidades para determinar a comissão desses concessionários.

Em **2014**, uma regulamentação nacional reduziu os recursos estatais postos à disposição desses concessionários, a título de comissão, para o ano de 2015. Essa lei prevê que os concessionários, no âmbito do exercício das funções públicas que lhes foram confiadas, além do que habitualmente é pago ao Estado, pagarão ainda, anualmente, a quantia de 500 milhões de euros, cada um na proporção do número de aparelhos que lhe estavam atribuídos em 31 de dezembro de 2014. Repartem as quantias restantes, disponíveis para as suas remunerações e comissões. Em aplicação dessa regulamentação,



procedeu-se à liquidação das quantias devidas em consequência e à repartição do imposto entre todos os operadores do setor dos jogos de fortuna e azar e não apenas pelos concessionários.

Os concessionários interpuseram recurso contra o imposto, na medida em que este reduziria de forma significativa a sua margem de lucro e é contrário ao direito da União.

O Conselho de Estado, em formação jurisdicional, órgão jurisdicional de última instância em Itália, submeteu questões prejudiciais ao Tribunal de Justiça, destinadas a saber **se (i) a regulamentação nacional constitui uma restrição à liberdade de estabelecimento e/ou à livre prestação de serviços garantidas pelos artigos 49.º e 56.º TFUE e, em caso afirmativo, se (ii) a mesma restrição pode ser justificada à luz das regras do Tratado.**

No seu entendimento, que resposta deverá o Tribunal de Justiça dar a estas questões prejudiciais? Justifique a sua resposta à luz das normas aplicáveis e da jurisprudência relevantes.